

Desenvolvimento rural no território

RESUMO

Cristina Maria Macêdo de Alencar
cristina.alencar@ucsal.br
Universidade Católica de Salvador,
Salvador, Bahia, Brasil

Neste artigo ensaístico coloca-se em diálogo das noções “território”, “regional” e “rural” enquanto categorias teoricamente concorrentes embora sejam tratadas como sinônimos sintagmáticos sob a égide do desenvolvimento. Questiona-se a concepção de território que perpassa as intervenções governamentais para o desenvolvimento rural, o que leva necessariamente ao questionamento sobre o rural de que se está falando e como essas categorias ganham perspectiva regional. Embora sejam reflexões teóricas e epistemológicas, a base da reflexão é a constatação de fenômenos empíricos decorrentes do planejamento governamental para o desenvolvimento quer do rural quer do município. Os dados da realidade empírica fazem acessar uma relação pouco visibilizada nos termos desse desenvolvimento que é a relação entre o rural e o urbano como processo de subalternização da vida rural pelo ideário civilizatório urbano. Os fenômenos empíricos de que se fala dizem respeito a ações voltadas à política energética que incidem sobre agricultores familiares e pescadores artesanais, respectivamente do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte e, do arquipélago Tinharé/Boipeba, ambos no estado da Bahia. A perspectiva epistemológica adotada é a do pensamento complexo operacionalizado a partir da noção de ruralidade metropolitana que coloca a expansão da metrópole no cerne da hegemonia do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos de planejamento. Metropolitano. Mundo rural. Territorial. Perspectivas.

1 INTRODUÇÃO

Ao ser convidada para falar sobre “desenvolvimento rural no território”,¹ no âmbito da temática: “Diversidade regional Brasileira em perspectiva”, chamou-me a atenção a presença das noções “território”, “regional” e “rural” que, embora teoricamente sejam concorrentes, soaram como palavras-chave para entender o desenvolvimento.

Considerando que o desenvolver rural ocorreria no território, cabe questionar de que território se está falando. Isto significa dizer que é necessário escolher uma, dentre diversas conceituações de território, sabendo que transitam desde a medieval concepção do território como fronteira (MALDI, 1997), às múltiplas nuances da noção de território como construção histórica de sujeitos sociais, intervalo em que se identificam vários matizes, ambivalências e hibridismos entre os dois extremos.

Todavia, o questionamento completo se dirige também à concepção sobre qual o desenvolvimento e qual o rural de que se está a falar. As reflexões sobre essas questões estão fundamentadas nos resultados de pesquisas que vimos desenvolvendo desde o ano 2000, na perspectiva complexa de coexistência entre o rural e o urbano, o que é acolhido também pela abordagem territorial. (ALENCAR, 2003; 2004; 2007; 2010; 2011; 2011a; 2014).

Neste ensaio a argumentação dessa compreensão de desenvolvimento rural no território está estruturada em 3 partes. Inicialmente, problematizamos a temática num dado contexto; a seguir propomos uma abordagem relacional de apreensão do rural sob a égide metropolitana a partir da qual é possível identificar especificidades rurais da problemática do desenvolvimento no território. No terceiro momento destacamos vivências empíricas de especificidades rurais interpretadas pela tensão rural-urbana condicionada pela expansão da metrópole.

2 O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASIL/BAHIA

Por estarmos situando nossa abordagem na Bahia do início do século XXI, optamos por falar do território no contexto da política de desenvolvimento territorial em vigor como política federal no Brasil desde 2003, e estadual na Bahia desde 2007. Isto é, uma apropriação político administrativa de formulações científicas sobre território.

A abordagem territorial inspirou vasta produção científica interdisciplinar, multidimensional, multiescalar e em escala local, o que tornou visível a riqueza de problemáticas e possibilidades que emergiram dos processos de produção e reprodução social e material da vida de populações que vivem (n) o mundo rural. O potencial performativo das ciências na relação com a sociedade (OLIVA, 1999) integrado à dimensão política proporciona respaldo científico para políticas de desenvolvimento legitimando Território como categoria substitutiva do que até então era a região, para instrumentalizar programas governamentais de desenvolvimento sustentável de territórios rurais. E o rural e o território vão sendo metamorfoseados para dar conteúdo ao desenvolvimento. Para o governo do estado da Bahia o desenvolvimento correspondia a dinamismo econômico regional

¹ A palestra foi realizada no II SEDRES, em Campina Grande, em agosto de 2014.

decorrente da industrialização por pólos de investimento (PERROUX, 1981), o que cientificamente respaldava a opção pela categoria Região Econômica como unidade de planejamento.

Reedita-se portanto, nesse contexto, mas desta vez para a abordagem territorial, a problemática do conhecimento científico apropriado para a indução do desenvolvimento rural, repetindo o que havia sido constatado sobre a relação entre a difusão do conhecimento científico e as dinâmicas sociais do desenvolvimento rural na abordagem regional, ou seja:

De la formación de profesionales de nivel intermedio y superior para transmitirle saberes científicos a una población, la mayoría iletrada, a la capacitación de agentes de desarrollo sostenido, el mundo rural permanece como objeto que está bajo la acción de actores, así como la naturaleza está bajo el dominio de tecnologías. La formación que considera la relación del mundo rural como realidad vivida, como acción y reflexión, por sus sujetos, está condicionada a la existencia de movimientos sociales y, por lo tanto, interacciona con protagonistas del desarrollo. (ALENCAR, 2009:165)

O que se quer destacar nesta citação é a subalternização do rural à perspectiva de desenvolvimento representado por atores sociais e mediado por tecnologias de dominação da natureza enquanto a dinâmica social é vivida por sujeitos sociais, homem simples conforme José de Souza Martins (2000) que interagem no processo de desenvolvimento através dos movimentos sociais. A aplicação das ciências sociais contemporâneas atualiza as institucionalidades dinamizadoras do desenvolvimento rural, discursivamente territorial.

Contudo, em meio à política de desenvolvimento territorial que nasce no âmbito institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a vida urbana continua a ser o ícone civilizatório que no Brasil está intrinsecamente associado à industrialização enquanto diretriz desenvolvimentista, diretriz que é também o âmbito em que a política territorial situa o desenvolvimento rural.

A ênfase urbana converge com o desenvolvimentismo recorrentemente apoiado em estatísticas, de que a cada dia, mais pessoas estão morando nas cidades, o tempo é cada vez mais o tempo mecânico transformador do tempo da natureza e a cidade é direito de todos, portanto, sujeitos rurais e urbanos. Mas, a abordagem territorial supõe superação da segmentação setorial da realidade, o que não significa homogeneização da diversidade. Compreendemos que, para tanto, há que se pôr em diálogo o rural e o urbano, ao menos como setores, o que requer articulação interministerial para a escala federal das políticas. Nesse sentido, em nível do discurso, poder-se-ia dizer que o Ministério das Cidades, ao incluir na 5ª Conferência das Cidades, realizada em 2013, um eixo denominado “Instrumentos de políticas e integração intersetorial e territorial” contemplaria essa segmentação.

Todavia, o que constatamos naquela conferência foi que Território ganhava foros de armadilha territorial, o que pode ser mais do que uma paráfrase à armadilha Keynesiana de análise relativa à liquidez de mercados financeiros e monetários se considerarmos que essa armadilha, assim como em Keynes, se refere a relações e compromissos que podem ser facilmente revertidos em contextos caracterizados pela precariedade dos laços que unem os seus elementos

constituintes. Estamos diante de uma dimensão fortemente constituinte do Território: as relações de poder. (RAFFESTTIN, 1993; SAQUET, 2010; SOUZA, 2001).

Vemos a precariedade dos laços territoriais onde o desenvolvimento rural se instala ao assumirmos o rural como lugar de onde se fala sobre o território, isto é, da parte do município que não é a cidade, não é o urbano, mas tem o seu desenvolvimento regulado pelo desenvolvimento municipal que deve tornar efetivo o Estatuto das Cidades através do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.

Enfrenta-se o risco de acirramento da dominação urbana nas relações territoriais, diante dos desafios, de gestão das especificidades rurais na relação com o urbano ao colocar em xeque as diretrizes desenvolvimentistas urbano-industriais e metropolitanas, a exemplo do caso Belo Monte, amplamente divulgado pela mídia impressa, virtual e televisiva e cientificamente avaliado por Bermann (2012) como autocracia energética.

É este o sentido de revisitarmos aqui a problemática do conhecimento científico apropriado para a indução do desenvolvimento rural, quando o mundo rural permanece concebido programaticamente como objeto que está sob a ação de atores sociais em concertação nos Conselhos de Desenvolvimento Territorial, ao tempo em que a natureza está apropriada com o domínio de tecnologias que mediam a territorialização do capital industrial por agentes que não transitam nos referidos Conselhos.

Portanto, pensar o desenvolvimento rural no território, do lugar dos que trabalham e vivem (n) o rural, supõe que se considere um rural em relação tensionada com o urbano, com a indústria, com o município, com a cidade e com a metrópole. Tensionada, portanto resistente, mas também resiliente em meio às regulações para inclusão produtiva dos seus agentes econômicos através de adequação à lógica capitalista agropecuário-industrial ou por destruição de atividades tradicionais, numa integração produtiva antagônica à sua relativa autonomia.

3 O RURAL SOB A ÉGIDE METROPOLITANA

Focalizaremos o desenvolvimento rural, considerando o rural como uma categoria interpretativa relacional com o urbano, enquanto par dialético, mas sob a égide metropolitana, que tem a natureza como dimensão imanente (ALENCAR, 2004; 2011). Esta categorização implica em compreender o rural constituído de múltiplas relações complexas estabelecidas como interação entre sociedade e natureza situadas temporal e espacialmente, portanto historicamente condicionadas. A configuração social dessas relações se expressa por peculiaridades que carregam projetos de sociedade cuja historicidade metamorfoseia os fenômenos graduando a intensidade da interação sociedade e natureza ao relacionar-se com outros projetos de sociedade, sem abrir mão da imanência da natureza. Deste lugar interpretativo reconhecemos o rural, contemporaneamente, sob égide metropolitana como projeto civilizatório urbano industrial, onde o capitalista agrário e o homem simples são sujeitos sociais em contradição dialética que personificam, respectivamente, a dominação da natureza para acumulação de capital e a relação com a natureza constitutiva do seu mundo identitário.

No outro termo do par dialético está o urbano que contém a cidade, onde a intensidade da interação sociedade e natureza também tem peculiaridades próprias que tomamos como legítimas por emergirem das lutas sociais daqueles que ali habitam em condições assimétricas em relação aos direitos de cidadania, e que no Brasil promoveram conquistas constitucionais. Afirmam, o Ministro das Cidades (Governo Lula 2005), Márcio Fortes e o Diretor da Aliança das Cidades, Billy Cobbett, na apresentação da coletânea “O Estatuto da Cidade comentado”, que:

No Brasil, anos de pressão dos movimentos sociais colocaram a questão do acesso à terra urbana e a igualdade social no topo da lista das agendas política e de desenvolvimento. Confrontado com as diferenças sociais criadas por uma das sociedades mais desiguais do mundo, a resposta do Brasil foi a de mudar a Constituição a fim de promover uma reforma fundamental de longo prazo na dinâmica urbana. Como consequência, as estruturas fundamentais dessa nova ordem jurídico urbanística foram abrigadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257 de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade. (CARVALHO e ROSSBACH, 2000)

O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano determina que municípios com população a partir de 20 mil habitantes dê ordenamento ao uso e ocupação do solo através de um Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal – PDDM. O Plano Diretor deve ser transformado em Lei pela Câmara Municipal, conforme estabelecido pelo já referido Estatuto da Cidade, o qual, por sua vez é regulado pelo Direito Urbano, coerente com sua finalidade de promover uma reforma fundamental de longo prazo na dinâmica urbana. Contudo, a ampliação da abrangência da Lei, para a escala do município em substituição à sua formulação inicial de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU para cidades a partir de 20 mil habitantes, carregou consigo o rural sem adequar-se às suas especificidades ou, quiçá, vislumbrando torná-lo urbano. Paradoxalmente, as lutas sociais das populações urbanas para garantia do direito à cidade, que ganhara força de Lei com o PDDM, dão pretexto à não efetividade do direito às lutas sociais agrárias das populações rurais que ficam mais invisíveis nas áreas de “expansão urbana” zoneadas pela Lei.

O fato é que, do projeto de desenvolvimento econômico urbano industrial desde as primeiras décadas do século XX, passando pelo desenvolvimento metropolitano instituído pelo governo militar na segunda metade do mesmo século, chega-se ao século XXI com o projeto civilizatório de desenvolvimento urbano para os municípios. A invisibilidade do rural, como agenda de desenvolvimento é patente, a não ser por seu papel de composição do Produto Interno Bruto cujos sistemas produtivos, para garantir ganhos de produtividade na produção de mercadorias em larga escala são industrializados com inovações tecnológicas mecânicas, químicas, biológicas, entre outras, sobrepostas às estruturas sociais. Desse modo, os processos técnicos de produção em relações sociais de produção capitalistas transformam o agronegócio tecnicamente definido como sinônimo de negócios derivados da agricultura ou complexo agroindustrial (CAI) em agronegócio personificado como sinônimo de produção agropecuária capitalista em larga escala, com ampla concentração fundiária e representação política nas diversas esferas governamentais.

Admitindo-se que os movimentos sociais, colocaram o “acesso à terra urbana e a igualdade social no topo da lista das agendas política e de desenvolvimento” é possível inferir que foi também uma conquista dos movimentos sociais, a institucionalização da luta pela terra rural que teve sua expressão no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Contudo, esta conquista longe de conseguir partilhar o “topo da lista das agendas política e de desenvolvimento”, de conquista que dividia o espaço institucional rural com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, subalternizado ao agronegócio capitalista, desaparece em 2017, passando a ilustrar o desmonte das políticas agrárias. Assim, na hierarquia do desenvolvimento, paradoxalmente territorial, tendo em vista que a política de desenvolvimento territorial no Brasil foi liderada pelo MDA, o desenvolvimento rural como lugar de trabalho e vida, dentre os três segmentos aqui mencionados, ocupa o terceiro lugar.

Está aí uma nuance da armadilha territorial, em que claramente relações e compromissos pactuados para governança são revertidos num contexto de precariedade dos laços que unem os seus elementos constituintes diante da inovação propulsora da abordagem territorial; na escala estadual a execução orçamentária fica contida nas estruturas arcaicas de gestão onde se reproduzem os clientelismos (ALENCAR, IICAXXX). Esta precariedade decorre da ausência de um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007) que articule as territorialidades em seu potencial sócio-histórico como âncora ao (des)envolver o potencial de encadeamento (HIRSICHMAN, 1986) na direção do referido projeto.

Articular as territorialidades, em múltiplas e integradas escalas, significa reconhecer, dar visibilidade e voz, encadear ao invés de desconsiderar, tornar invisível, silenciar e excluir das condições necessárias para ser parte, diversidade na unidade; ruralidade na urbanidade, campo na cidade, cidade nos municípios e rural na metrópole. Seguramente, uma compreensão monocausal é insuficiente para apreender essa dinâmica complexa, que como tal requer instrumentos de abordagem complexa.

De modo a interpretar analiticamente e dar instrumentos para planejar com vista a padrões de desenvolvimento territorializados, elaboramos os IQRM – Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana, o qual sintetiza em cinco determinações (Rural, Urbana, Geoambiental, do Conhecimento Científico, do Modo de Ocupação) formuladas como sínteses dialéticas, a explicação dos atributos ou diversidades socioeconômicas e ambientais existentes nos modos de vida rural e urbano, de pessoas que vivem em região metropolitana, condições de vida e identidade social, tensionadas entre o rural e o urbano (ALENCAR, 2007). Nesses termos, o rural que se desenvolve no território metropolitano é requalificado a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais, vivenciado na relação com o urbano metropolitano, em que a escala regional, que é a unidade espacial de referência, se expande para além de suas fronteiras. Nessa construção teórica, nem o território se define por fronteiras, nem o rural por antinomia ao urbano.

O IQRM, então, constitui um protocolo interpretativo e instrumental de integração de atividades de produção econômica (material) e social da vida (para morar, comer, estudar, brincar, rezar, viver) e de integração territorial (vida rural e vida urbana). As atividades se classificam pelas formas de uso da natureza (diretos [D], mediados [M] ou duplos [D & M]), e a integração territorial é dinamizada por tensões rural-urbana (de apropriação da natureza [T-1] de riscos e

eventos ambientais [T-2], de atividades culturais [T-3], o que requalifica o olhar econômico dos setores produtivos ou das mercadorias e serviços.

A expansão urbana, industrial e metropolitana catalisa as tensões entre os modos de vida. Na lógica do modo de vida urbano (impessoalidade), a atividade cotidiana em geral e o trabalho, especificamente, é separada das moradias e dos lugares de convívio social; no rural, o trabalho é sua principal ação de vida; casa, trabalho e convívio social se relacionam e se complementam como nas antigas culturas. A efetividade territorial do desenvolvimento dar-se-ia no reconhecimento e na experiência do rural como rural e não como um vir a ser urbano; no urbano integrado à natureza (primeira e segunda naturezas como em Marx e Reclue apud SOUZA (2013), e terceira natureza como em RANDOLPH (2017) ; no rural e no urbano com cidadania e direito à própria identidade social; na natureza (imaneente ao rural) como vida e não como obstáculo ao desenvolvimento ou denotativo de atraso civilizatório.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a dinâmica territorial evidencia a coexistência rural-urbana que, sob a influência metropolitana, é processo tensionador entre o rural e o urbano. Essa influência metropolitana se expressa no caso do estado da Bahia, em que a Região Metropolitana é macrocéfala, na demanda por energia para viabilizar o desenvolvimento urbano industrial, parcialmente atendida por biocombustíveis, mas também por hidroenergia pela construção de barragens que também atendem ao abastecimento de água para consumo produtivo e humano, pela priorização da indústria turística no desenvolvimento do estado. E o desenvolvimento rural no território, aqui referido às unidades de planejamento governamental da Bahia – os Territórios de Identidade – atende assim às demandas metropolitanas cuja territorialidade é que se expande (ALENCAR, 2011; 2011a; 2014) enquanto são substituídos os municípios que compõem o espaço metropolitano político-administrativamente delimitado.

4 ESPECIFICIDADES RURAIS NA TENSÃO RURAL-URBANA

Temos desenvolvido pesquisas, desde o ano 2000 que respaldam discussões decorrentes da categorização do rural como construção social relacional ao urbano enquanto identidades historicamente construídas e, portanto, contextualizadas e circunstanciadas, na interação entre sociedade e natureza. resultados de duas pesquisas realizadas nos períodos de 2008 a 2010 e de 2009 a 2012 e de pesquisa iniciada em 2016². As bases empíricas das pesquisas estão situadas, respectivamente, no arquipélago de Tinharé-Boipeba, município de Cairú-BA, região turística de Costa do Dendê, no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte – BA, ambas as localidades alvo da política energia do governo brasileiro, e no município São Felipe, Recôncavo Baiano.

4.1 Pescadores artesanais e moradores da ilha de Boipeba

² Desde 2016 está em andamento, sob coordenação da autora, pesquisa sobre Reconhecimento e potencialização do rural na escala de pequeno município (São Felipe - BA), cujos resultados exploratórios apontam ilustram mais uma experiência de aplicação do Estatuto da Cidade através do Plano Diretor em que é apenas formal a centralidade municipal e a identidade rural do município.

O rural de que se fala, considerado como modo de vida constituído na interação com a natureza para produção material e social da vida é, por suposto, biodiverso. Esta categorização inclui na identidade rural pescadores artesanais em águas fluviais e oceânicas. Tensões rural-urbanas são apreendidas dentre as especificidades rurais de uma população ilhéu marinha. Alí constatamos o comprometimento do desenvolvimento rural em sua própria base territorial, a ilha de Boipeba, distrito do município de Cairú, e integrante da APA Tinharé – Boipeba.

Um dos agentes da tensão é ação da Petrobrás para produção de gás natural onde a questão ambiental justifica e é constrangida pela demanda de energia para grandes metrópoles. Vale lembrar que o significativo impacto ambiental inerente a esta atividade obriga ao atendimento de legislações e cuidados específicos.

Em janeiro de 2007, foram iniciadas as atividades de produção de gás no Campo de Manati BCAM-40, localizado na Bacia Camamu-Almada, a cerca de 10 Km da ilha de Tinharé. O Consórcio Manati, representado pelas empresas Queiroz Galvão, Norse Energy e Petrobrás, operadora do empreendimento, desenvolve um sistema de produção e escoamento de gás natural naquele campo (Petrobras, 2007) (ALENCAR, 2011a:150)

Além de ser impactada pela produção de energia, a dinâmica social cotidiana na ilha de Boipeba³, foi impactada pelo desenvolvimento turístico da Costa do Dendê; um dos processos que consideramos ícone da expansão metropolitana. O processo foi caracterizado pela interação entre as atividades pesqueira, de turismo e de exploração de gás, sob regulação ambiental, questionando-se se esta interferência na vida da população da ilha, deu centralidade à pesca artesanal como atividade econômica estruturante do local em seu modo de vida rural diante das induções exógenas. Todos os passos exigidos para o planejamento ambiental foram cumpridos, desde a elaboração de diagnóstico participativo quando produzido relatório caracterizador da dinâmica local.

E as condições de participação não são diferentes daquelas vividas pelos agricultores familiares como fornecedores de biomassa de girassol para biodiesel. O diálogo entre saberes foi estabelecido entre consultores, técnicos que atuam na prospecção de gás, empresários do turismo, turistas, pescadores artesanais, moradores de Boipeba. Estes são segmentos sociais em desigualdade de condições socioeconômicas e institucionais, equalizados pela compensação ambiental, na condição de Área de Preservação Ambiental – APA, portanto, relação direta com a natureza. Trata-se, portanto, de mundo rural contemporâneo informado pela questão ambiental onde se dilui a condição agrária da problemática.

A interação com o mundo urbano se dá pelo transbordamento do seu ritmo sobre o ritmo dado pela dinâmica da natureza às suas atividades tradicionais e de sociabilidade; logo, é uma temporalidade culturalmente determinada e integradora de tempos geofísicos e sociais ou humanos. A especificidade rural é percebida na existência de comunidade quilombola, nas atividades produtivas tradicionais (extrativismo pesqueiro, extrativismo e cultivo vegetal, “[...] alguns pescam, ... tem os que vivem de roça, e tem os que vivem de pesca ... tem.. pessoas de vida rural, ...é... mas um de um lado outro de outro”. Esses excertos de falas

num grupo focal com moradores de Boipeba ilustram o reconhecimento do rural tanto na atividade em terra quanto na atividade no mar.

Também realizamos oficina para coleta de dados primários e transcrevemos falas que indicam os impactos da condição de APA e da presença dos capitais imobiliário e comercial para infraestrutura do turismo.

Aqui não pode plantar; eu fui botar uma rocinha pra plantar uns aipins pros netos, tem neto que só o mundo, o fiscal da prefeitura chegou e mandou parar com a rocinha... não pode plantar no cimento! [...]

Eles não querem que desmate e aquilo ali primeiro tem que desmatar pra poder plantar. Quem tem o direito de desmatar é a Alfaville da Perini; está ai tudo desmatado eles não viram nada [...] e está lá tudo desmatado, só eles que podem desmatar Boipeba. Antes plantava tudo direitinho, mas agora só quem pode desmatar é a Perini. A gente não pode tirar uma vara, mas eles tiraram 350 pra fazer festa, pra isso, pra aquilo. [...]somos “pequeninhas” não podemos. Eles dizem aqui é APA. APA significa o que? Área de Preservação Ambiental, então pra a gente pequeninha não pode fazer isso, mas o grande vai lá e faz. Entendeu? [...] tudo começou com a APA. (Oficina, 2010). (ALENCAR, 2011a:154)⁴

Vale ressaltar que, embora o plano de gestão da APA, que é uma Unidade de Conservação que sinaliza a existência de potencial turístico, não contemple a conservação da atividade pesqueira como estruturante da vida na ilha, as ações compensatórias aos danos ambientais causados pela produção e distribuição de gás natural, exigidas pela regulamentação são executadas, tendo para isso sido criadas oito associações dentre as dez existentes.

Do que se constatou na ilha de Boipeba é possível afirmar que, aquilo que era um território ilhéu rural se desenvolve a partir das atividades turísticas e de exploração de gás e ingerência de compensação ambiental. Registra-se reforço de assimetrias, a exemplo da constatação de que apenas cerca de 20% dos pescadores atingidos pela prospecção de gás receberam benefícios compensatórios; tensões entre as atividades de pesca artesanal e turismo, mediadas pela extração de gás, disputando a produção social da vida, espetacularizando e mercantilizando manifestações culturais identitárias próprias do cotidiano da população da ilha; reduzindo nesse mesmo cotidiano a produção material para a reprodução social dos pescadores.

Resumidamente, a dinâmica do mercado local, sob diretriz e financiamento de políticas de desenvolvimento econômico e de regulação ambiental, reproduz o ordenamento de mercado capitalista sob estrangulamentos ambientais e sem sustentabilidade socioambiental efetiva no desenvolvimento induzido.

4.2 Agricultores familiares no Programa Bahiabilio

⁴ O artigo aqui referido é resultado de ampla pesquisa (Avaliação dos possíveis impactos das atividades de exploração de petróleo e gás nas Ilhas de Tinharé e Boipeba, Município de Cairu) financiada pela FAPESB no período 2008 a 2010, envolvendo economistas, biólogos, geólogos e gestores ambientais.

Redes de pesquisadores em torno de temáticas rurais (Rede de Estudos Rurais, Encontros Nacionais de Geografia Agrária, Encontros da Associação Latino Americana de sociologia Rural, etc.) têm produzido reflexões a partir de resultados de pesquisa sobre objetos de estudo relativos ao dinamismo do desenvolvimento rural, conflitos coletivos pela terra, assessoria a comunidades tradicionais, desenvolvimento e empobrecimento, concentração fundiária, desenvolvimento e políticas públicas, transformações rurais, entre outros, que nos possibilitam identificar especificidades estruturantes ao examinar em atividades realizadas nos espaços rurais, rupturas - ressignificação e proposições para seguir adiante.

Resultados de pesquisas com epistemologia crítica apontam especificidades rurais estruturantes identificadas a partir de atividades, rupturas e proposições de desenvolvimento rural. Nery et al, 2012, Wanderley, 2014 e Gomes 2015, Alencar, 2017 são apenas referências ilustrativas, por ser muito amplo o número de pesquisadores nessa convergência, donde sintetizamos como especificidades:

a atividade considerada como elemento estruturante do mundo rural não se restringe à produção material, mas inclui produção social que tece as culturas da vida na relação direta com a natureza e a atuação de profissionais em que o rural é meio de atuação e não definidor da profissão;

a natureza instituinte do rural é culturalmente determinada e reivindicada como direito;

o trabalho análogo ao escravo coexiste com concentração fundiária do agronegócio constituindo a modernidade que fundamenta a categorização do arcaico rural enquanto dominação pela apropriação concentrada da terra;

o rural configura-se como lugar de sujeitos sociais subalternizados, mas em luta;

o rural estabelecido na relação com o urbano se revela tanto na questão habitacional quanto na definição de pautas e processos de produção.

Um âmbito de interpretação dessas especificidades é a da expansão metropolitana. Para descrever vivências empíricas de especificidades rurais interpretadas pela tensão rural-urbana condicionada pela expansão da metrópole, escolhemos o desenvolvimento rural governamentalmente pensado como inclusão social para resgate de dívida histórica. Refiro-me ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, instituinte do Selo Combustível Social, em relação ao Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL (ALENCAR, 2014)⁵, que na escala estadual, na Bahia, tem seu correspondente no Programa de Bioenergia – Bahiabio.

Favareto et al.(2008) afirmam que:

“O objetivo do PNPB é a implementação de forma sustentável da produção e uso do biodiesel, valorizando a diversidade e os potenciais regionais na produção de oleaginosas e garantindo a geração de emprego e renda em áreas rurais. Ou seja, o PNPB propõe convergir a estratégia de diversificação da matriz energética com os objetivos

⁵ O artigo aqui referido e que passamos a utilizar amplamente é um destaque do Relatório da pesquisa *Desenvolvimento sociambiental na coexistência rural-urbana sob influência metropolitana*, financiada pelo CNPQ conforme Processo nº477516/2009-2 Edital – Universal 2009, que teve como um de suas metas a avaliação da predisposição de produtores rurais familiares incluírem oleaginosas para biomassa em suas pautas de produção, a qual é destaque neste trabalho.

sociais do desenvolvimento. Isso porque, no caso do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), nos anos 1970, apesar do sucesso econômico e da inovação tecnológica gerada pelo Programa no Brasil, o modelo de produção adotado foi socialmente excludente”. (Favareto et al., 2008:2,3)

Trata-se de um exemplo emblemático do que aqui denominamos expansão da metrópole cujas tensões introduzem mediações produzidas pela lógica urbana industrial no cotidiano dos sujeitos rurais, documentalmente contemplados a partir da adoção dos Territórios de Identidade como delimitadores das bases físicas para atuação governamental.

Para o que queremos demonstrar, como desenvolvimento rural no território, destacamos a implementação do Bahiabio no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte⁶. Na dimensão deste Programa, cabe destacar que, segundo dados da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia – AGERBA⁷ vislumbra-se como meta o cultivo de 600 mil hectares da matéria-prima para produção do biodiesel, contemplando os territórios de Irecê, Piemonte Norte do Itapicuru, Chapada Diamantina, Recôncavo, Nordeste II, Portal do Sertão, Baixo Sul, Sul, e Litoral Norte-Agreste de Alagoinhas.

ANDRADE, SANTOS e LOPES (2009) afirmam que há no Programa de Bioenergia do Estado da Bahia, a

“compreensão do funcionamento dos Territórios de Identidade com o objetivo de fundamentar as prioridades dos investimentos e, conseqüentemente, estabelecer o balanço geral do desenvolvimento entre as diferentes regiões do Estado da Bahia, respeitando as suas vocações, que por sua vez representa a natureza, e a cultura do povo que nela vive, além de suas expectativas, a saber, sociedade” (ANDRADE, et al., 2009).

A afirmativa de ANDRADE, ET al(2009), sugere que, a adoção da abordagem territorial pelo governo expressa disposição política em contemplar no planejamento governamental outras dimensões da realidade além da econômica. Nesse sentido, por inserir-se no âmbito da política de Desenvolvimento Territorial, o desenvolvimento rural no território integraria, efetivamente, uma agenda pactuada entre os segmentos sociais a serem envolvidos. Entretanto, a população rural e urbana que vive nos Territórios de Identidade e participa da sua gestão social é considerada como atores sociais situacionalmente colocados no jogo do planejamento estratégico; não se trata, portanto, de sujeitos sociais rurais ou urbanos.

O Bahiabio visa “[...] atender ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental [...]”. É composto de três sub-programas: etanol, biodiesel e co-geração de energia, e objetiva: “incentivar e desenvolver a produção de bioenergia na Bahia, visando atender demandas dos

⁶ Território de Identidade é a unidade de planejamento adotada pelo governo da Bahia a partir de 2007, no governo de Jacques Wagner, em substituição às Regiões Econômicas, a partir da divisão do estado em Territórios Rurais, sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário quando o Presidente da República era Luis Inácio Lula da Silva e o governador da Bahia era Paulo Souto, não alinhados politicamente, portanto, governo do estado contrário aos Territórios Rurais.

⁷ www.agerba.ba.gov.br acessado em 31 de julho de 2009.

mercados interno e externo cujas metas deverão ser alcançadas intensificando esforços para a promoção do agronegócio baiano”. (BAHIA, 2007:7 e 8), contexto em que o agricultor familiar deverá integrar-se produtivamente.

Resta-nos indagar se se desenvolve o rural, de quê desenvolvimento se fala? E de que rural? Em qual território se efetiva o (des)envolvimento rural?

As unidades de planejamento do governo da Bahia, denominadas Territórios de Identidade, são os Territórios Rurais delimitados pelo MDA, exceto o Território de Identidade Metropolitana de Salvador, quase totalmente correspondente à Região Metropolitana do Salvador, e que faz limite geográfico com o TI Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Simultaneamente, a intensificação do agronegócio vem constituindo as agendas de desenvolvimento dos governos brasileiros, exitosamente, desde o desenvolvimento urbano industrial iniciado na década de 1950, e se mantém no governo da Bahia “intensificando esforços” ainda que sua unidade de planejamento seja Território de Identidade.

Desse modo, “... estabelecer o balanço geral do desenvolvimento entre as diferentes regiões do Estado da Bahia, respeitando as suas vocações, que por sua vez representa a natureza, e a cultura do povo que nela vive, além de suas expectativas..” e “... atender ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental ... (cujas) metas deverão ser alcançadas intensificando esforços para a promoção do agronegócio baiano”, disputam o sentido do desenvolvimento rural e o território a que se refere. De um lado, se tem os interesses de trabalho e vida constituintes das identidades sociais dos sujeitos rurais moradores, parte da identidade rural dos Territórios Rurais que passaram a ser Territórios de Identidade; de outro lado, se tem os interesses de produção em escala mundial com acumulação de capital constituintes das identidades sociais dos capitalistas agrários absenteístas ao territorializarem o capital.

Acrescente-se à disputa por sentidos do desenvolvimento, a questão ambiental como constituinte da questão agrária e, portanto, uma problemática decorrente da apropriação da natureza como geradora de riscos e eventos ambientais (T-2). PEREIRA (2011) afirma que, na tentativa de conciliar o “desenvolvimento sustentável” com o programa neoliberal, o Banco Mundial publicou relatório antecedendo a ECO-92.

O relatório afirmava que havia reciprocidade entre crescimento econômico e preservação ambiental, na medida em que somente com o crescimento seria possível não apenas arcar com os custos da proteção ambiental, mas também diminuir a pressão social sobre a natureza, uma vez que a renda dos mais pobres – obrigados, por sua condição, a exaurir ou depredar os recursos naturais – aumentaria. Argumentava também que a escassez de recursos naturais criaria uma demanda por pesquisas direcionadas a superar os obstáculos ao progresso econômico, levando as sociedades a substituir de maneira mais racional recursos abundantes por escassos. A idealização do poder da tecnologia que dava suporte a essa visão projetava um cenário irreal em que todos ganhariam com o crescimento econômico e a redução da pobreza, desde que os governos adotassem políticas liberalizantes, uma vez que somente o livre mercado poderia fazer a atividade econômica crescer com eficiência máxima no uso dos recursos. A exaltação de estratégias em que todos supostamente ganham e a negação de trade-offs entre crescimento e preservação

do meio ambiente foi utilizada para escamotear a profunda injustiça ambiental que marca as sociedades contemporâneas, em particular na periferia, caracterizada pela concentração de poder na apropriação dos recursos socioambientais e pela imposição da maior carga dos danos ambientais a populações de baixa renda e grupos étnicos subalternizados. (PEREIRA, 2011, p 243).

Temos assim, mais um termo para a equação do desenvolvimento rural no território: desenvolvimento, rural, território e questão ambiental; a inovação histórica na agenda de questões-problema do desenvolvimento tornando a natureza novamente visível. Aqui, já podemos agregar ao rural do qual falamos, o lugar de trabalho e vida, a imanência da natureza, ciente de que o Ser Natural Humano categorizado por Karl Marx e interpretado por Bensaïd (1999) existe tanto no indivíduo rural quanto no urbano, como formulado na noção de Ruralidade Metropolitana. No seu par dialético, a natureza existe intensamente mediada pelas transformações tecnológicas para as populações que habitam áreas urbano-industriais metropolitanas.

Para não perder de vista que estamos problematizando o desenvolvimento rural no território como especificidade rural tensionada, vale lembrar que a ameaça à sustentabilidade planetária que legitima a produção de biocombustível na agenda de desenvolvimento responde e ao mesmo tempo requer mercados em intensidade metropolitana e escala global, enquanto as unidades de planejamento para o desenvolvimento do estado da Bahia, no discurso governamental, são territoriais de modo a ter como consequência a valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais no desenvolvimento. Aqui cabe explicitar o território de que trata o discurso governamental.

O Território de Identidade, entendido como um espaço físico, geralmente contínuo, caracterizado por elementos sociais, econômicos, ambientais e políticos que definem um importante grau de coesão entre os que vivem e trabalham nesse espaço, favorece uma visão integradora dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas e, por consequência, uma valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais nos processos de desenvolvimento⁸ (BAHIA, 2013)

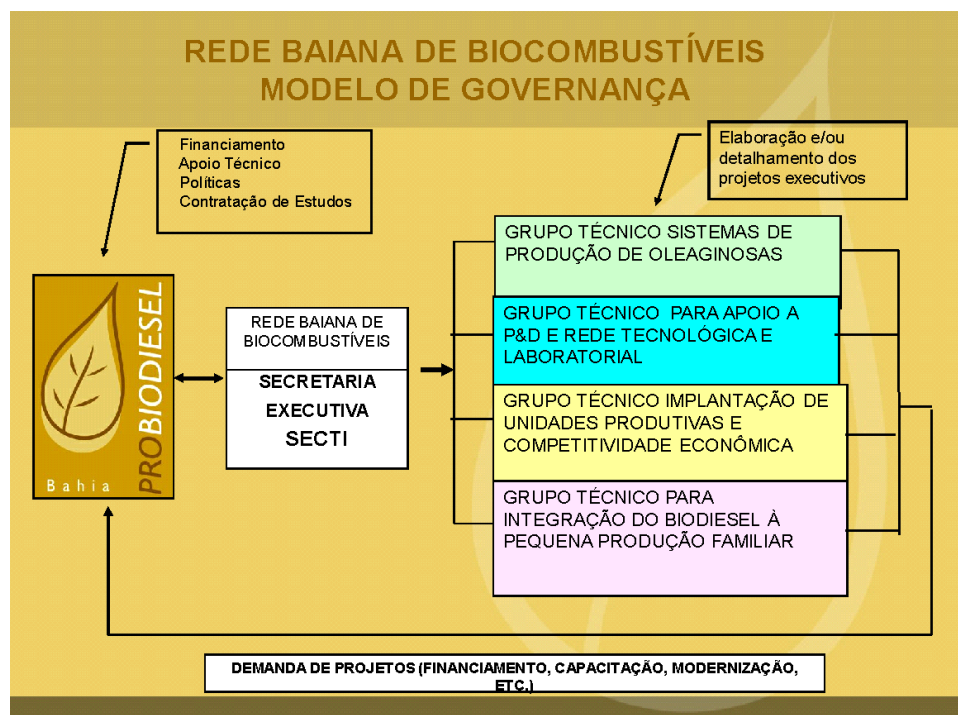
Considero que podemos elencar as conclusões a que chegamos ao pesquisar a inserção dos agricultores familiares no Bahiábio como fornecedores de biomassa do girassol, enquanto integrantes da Rede Baiana de Biocombustíveis, portanto, supostamente numa agenda pactuada, tendo em vista a diversidades de sujeitos e agentes envolvidos. Contudo, consideramos que a efetividade desse pacto supõe a disputa pelo sentido de desenvolvimento, do projeto de sociedade e, como acrescentaria Brandão (2007), do projeto de nação que não seria, necessariamente, o alinhamento ao desenvolvimento ditado pela hegemonia global do capitalismo.

Consideramos que, na Bahia, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), enquanto Região Econômica, tensionou a metamorfose de Território Rurais em Territórios de Identidade (ALENCAR, 2011), e este é forte indicativo da disputa pelo sentido do desenvolvimento territorial, ainda que a institucionalidade política

⁸ http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p_institucional, acessado em 05 de dezembro de 2013.

criada dos TI tenha formalizado o diálogo entre o governamental e o não governamental, como avanço incontestável ao constituir-se em espaço de ouvidoria dos segmentos economicamente mais frágeis. Por outro lado, na Rede Baiana de Biocombustíveis, a especificidade do diálogo sobre a produção de biomassa para biodiesel é técnica sob a coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI, conforme estrutura organizacional ilustrada na Figura 1, diagrama que caracteriza a RBB no âmbito da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel⁹.

Figura 1 - Diagrama organizacional da Rede Baiana de Biocombustíveis



Fonte: PPT <http://www.mme.gov.br>

Na Rede dever-se-iam construir os ajustes capazes de transformar a agricultura familiar da condição de excluída em incluída no processo de produção de biomassa, o que foi analisado metodologicamente com a realização de uma Oficina de Contas de Produção durante um evento da referida RBB, análise documental e registro de observação, donde se concluiu o estranhamento dos Agricultores Familiares na Rede (ALENCAR, 2014a rede rural), mesmo estando previsto um Grupo Técnico dentre os quatro delineados, para integração do biodiesel à pequena produção familiar. Pesquisamos dois dos três encontros realizados pela Rede, os quais focalizaram os Agricultores Familiares como fornecedores de matéria prima.

Entretanto, o diálogo entre sociedade civil e governo revela os limites da governança quando o sentido do desenvolvimento é o “negócio” e não como um processo histórico de conquistas de melhores condições de vida humana e planetária. Como “negócio” o desenvolvimento equaliza as exigências dos

⁹ Diagrama disponível no link da Bahia nas palestras de apresentação dos Estados sobre P&D com Biodiesel, em evento ocorrido nos dias 29 e 30 de março de 2005

(http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/rede_brasileira_tecnologia/i_reuniao_rede.html, acessado em 30 de janeiro de 2012).

diferentes segmentos sociais embora sejam radicalmente distintos em nível de capitalização, instrução formal, interesses, familiaridade com as formalizações institucionais e burocráticas, e até mesmo o desconhecimento do cultivo, como é o caso do girassol no TI Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte, implicando em ritmos diferentes no fornecimento da matéria prima.(ALENCAR, 2013).

O fato de que se tratava de um cultivar exótico para os agricultores e para os técnicos, apesar de tradicionalmente eles produzirem oleaginosas zoneadas para outros territórios, foi evidência suficiente para revelar sua condição de estranho na Rede, numa intervenção governamental descolada da sua realidade concreta, elemento negativo na avaliação de uma viabilidade ecosocioeconômica, apesar de planejada para o Território. Essa viabilidade em que se considera os condicionantes sociais do modo de vida, que envolvem as decisões econômicas supõe que o produtor conheça não só o processo de produção daquilo que ele produz como também a dinâmica do mercado onde vai vender ou realizar sua produção, as condições ambientais de produção.

5 PARA FINALIZAR

Por certo estão em questão os sentidos do desenvolvimento nas relações entre o rural e o urbano, a agricultura e a indústria, a pesca, a prospecção de gás e o turismo, disputas que definem os termos de diferentes tensões estabelecidas entre grandes, médios e pequenos agentes econômicos personificados, que estruturam a sociedade e representam diferentes processos produtivos e cosmovisões.

Configura-se, ademais expressões da questão agrária em nome do enfrentamento à questão ambiental por meio de externalidades ao sistema produtivo e às relações sociais de produção. A condição de Unidade de Conservação cerceia o acesso à terra e à água de população rural ilhéu ao tempo em que viabiliza a indústria turística em clusters e prospecção de gás para composição da matriz energética supridora das demandas oriundas da intensificação do padrão urbano industrial de desenvolvimento. Também sob o argumento da produção energética por agrocombustível na perspectiva da economia verde a questão agrária se expressa na imposição de pauta de produção para ter acesso a crédito e, principalmente no uso do agricultor familiar com experimento produtor de fracassos econômicos.

Nas condições em que se dá a construção da agenda na dinâmica do desenvolvimento metropolitano, mesmo no avanço democrático das institucionalidades do Desenvolvimento Territorial, o desenvolvimento do rural relativo aos que ali trabalham e vivem ocupa brechas de mercado como os espaços possíveis de inserção. Tanto na experiência de produção de girassol por agricultores familiares do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte, como na dinâmica cotidiana da vida dos pescadores na ilha de Boipeba modificada pelo turismo, prospecção de gás e compensação ambiental, o desenvolvimento rural no território responde a demandas exógenas ao que seria o território representativo da identidade sócio-histórica de suas populações, inerentes ao desenvolvimento urbano industrial com expansão da metrópole.

Rural development in the territory

ABSTRACT

In this essay article, the notion of "territory", "regional" and "rural" as the theoretically competing categories is treated as syntagmatic synonyms under the aegis of development. It is questioned the conception of territory that crosses the governmental interventions for rural development, which necessarily leads to the questioning about the rural of which one is speaking and how these categories gain regional perspective. Although they are theoretical and epistemological reflections, the basis of the reflection is the confirmation of empirical phenomena arising from governmental planning for the development of both the rural and the municipal. The data of the empirical reality give access to a relation not seen in the terms of this development, which is the relation between the rural and the urban as a process of subalternization of rural life by the urban civilizing ideology. The empirical phenomena referred to are related to energy policy actions that focus on family farmers and artisanal fishermen, respectively from the Alagoinhas / Litoral Norte Identity Territory and the Tinharé / Boipeba archipelago, both in the state of Bahia. The epistemological perspective adopted is the one of the complex thought operationalized from the notion of metropolitan rurality that puts the expansion of the metropolis at the core of the hegemony of the development.

KEY WORDS: Fundamentals of planning. Metropolitan. Rural. Territorial. Perspectives.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. Veritati, Salvador, v. 03, p. 09-42, 2003

_____. Ruralidade Metropolitana. Cadernos do CEAS (Salvador), Salvador-BA, n.211, p. 79-92, 2004.

_____. Qualitativo de Ruralidade em Espaço Regional Metropolitano. Redes (Santa Cruz do Sul), v. 12, p. 109-126, 2007

_____. ¿Saberes para el desarrollo de lo rural o de los sujetos rurales? (1970-2007). Cuadernos de Desarrollo Rural 6 (63), 2009.

_____. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. Interações (UCDB), v. 11, p. 23-32, 2010

_____. Territórios de identidade: disputas e cooperações entre o rural e o urbano. In: SILVA, SBMS (org.) Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento. João Pessoa –PB, GRAFSET, 2011.

_____. Tensões entre pesca, turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba – BA. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 149-166, jan./jun. Editora UFPR, 2011. (2011a)

_____. Biocombustíveis na dinâmica de desenvolvimento na Bahia: uma agenda pactuada?. Oficina do CES, v. 416, p. 1-26, 2014.

ANDRADE, Telma Côrtes Quadros de; SANTOS, Rafael Elverson Amorim; LOPES,

Juliano da Silva. Experiências da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o

Programa de Bioenergia do Estado da Bahia. (2009) SECTI-BAHIA.

ARAGÃO, FS de. O doce do açúcar virando amargura. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da UFBA, 1997.

BAHIA. Plano Plurianual de Investimentos, o PPA 2008 – 2011, LEI Nº 6.302 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

BENSAÏD, Daniel. Marx, o intempestivo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BERMANN, Célio. O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Caderno NAEA*, v 15, n.1, 2012 DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i1.895>

BERMANN, Célio; MORENO, Luis Macedo; DOMINGUES, Mariana Soares e ROSEMBERG, Renato. (2008). Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: a agricultura familiar face ao etanol de cana-de-açúcar e ao biodiesel da soja, mamona e dendê. In: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional & REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos. *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate*. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE.

BRANDÃO, Carlos. (2007) Território e Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas – SP, Editora UNICAMP.

CARVALHO, Celso Santos & ROSSBACH, Anaclaudia (orgs). *O Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2000.

CARVALHO, Simone Pereira de e MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. (2011) *Agricultura Familiar e Agroindústria Canavieira: impasses sociais*. RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 681-708, jul/set 2011 – Impressa em novembro.

FAVARETO, Arilson; MAGALHÃES, Reginaldo e SCHRODER, Monica. (2008) *Dilemas da inovação institucional e governança nos arranjos produtivos do biodiesel*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, AC.

GOMES, Tatiana Emilia Dias. *Da tensão social à conveniência e oportunidade: os caminhos político-jurídicos trilhados pela obtenção de terras para a reforma agrária no Brasil*. In: *Terra e Território: A luta dos povos para permanecerem no campo*. Alumeia. Revista da CPT Bahia. Edição 2 – Ano 2 – Outubro de 2015.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro e FAVARO, Jorge Luis. *Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n 122, p 36 -69, jan/jun 2012.

HIRSCHMAN, Albert O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

KRAYCHETE, Gabriel. (2009) Processo de trabalho, território e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. In: BOCAJUVA e VARANDA (Orgs). Tencologia social, economia solidária e políticas públicas. Rio de Janeiro, FASE:IPPUR/UFRJ.

_____. A produção de mercadorias por não mercadorias. UCSAL. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. www.ucsal.br/itcp (13p)

LEROY, Jean Pierre. (2008) Contextualização e problematização dos agrocombustíveis no Brasil. In: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional & REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE.

MADUREIRA PINTO, José. O Espaço social rural (1981) In: José Madureira Pinto. Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos (73-91). Porto, Afrontamento.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVII e XIX. In: Scielo Brasil, Ver. Antropol. V.40. n.2 São Paulo,1997.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo, Hucitec, 2000.

OLIVA, Alberto. Ciência e sociedade. Do consenso à revolução. Porto Alegre, Edipucrs,1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. (2011) Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v 23,n 2, São Paulo, USP, novembro. PP 235-263

PERROUX, F. Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. Ed. Calouste Gulbenkian, 1981.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, Ignacy. (2008) Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.

SANTOS, Rafael Elverson Amorim. (2010) Políticas públicas e estratégias de fomento do biodiesel na bahia: posicionamento do governo versus percepção do

agricultor familiar. Dissertação Faculdade de Tecnologia e Ciências. Salvador - Bahia

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias et al. Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013

BAHIA. Secretaria de Planejamento. (<http://www.seplan.ba.gov.br/cedeter.php>, 2013.

UCSAL. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares- ITCP WWW.ucsal.br/itcp, 2013.

NERY, Hernane Magalhães; GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. ESPACIALIZAÇÃO E OCORRÊNCIA DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVA NA BAHIA. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. ISSN 1893487-X 2012

RANDOLPH, Rainer. De volta ao futuro? O significado da “natureza” na urbanização em áreas rurais no município de Petrópolis/RJ1. in: XI encontro ANPUR, 2005; revisado outubro 2017. <http://ufrj.academia.edu/RainerRandolph>, acessado em maio 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

Recebido: 01 mar. 2019.

Aprovado: 06 mai. 2019.

DOI: 10.3895/rbpd.v8n2.8324

Como citar: ALENCAR, C. M. M. Desenvolvimento rural no território. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 311-331, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Rua Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituvaçu - Salvador, BA

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

